

RESENHA DO LIVRO

NEVES, Paulo S. C. (Org.). *Educação e cidadania: questões contemporâneas*. São Paulo: Cortez; São Cristóvão/SE: Ed. UFS, 2009.

Por JANETE NETTO BASSALOBRE

janette@litoral.com.br

Mestre em Educação pela UNISANTOS – Universidade Católica de Santos, psicóloga pós-graduada em Neuropsicobiologia, com especialização em Violência Doméstica e Psicologia Forense.

Resumo

No contexto de uma época marcada por intensas mutações sociais, econômicas e políticas, oriundas do mundo globalizado e seus amplos canais de comunicação, é que os autores da obra resenhada refletem sobre o tema **cidadania**, atualmente cercado por inúmeras definições e questionamentos. De que cidadania falam os diversos grupos sociais que ocupam posições tão diferentes na sociedade? O volume organizado por Paulo Neves direciona-se no sentido de perceber como essas transformações modificam a cidadania nos dias atuais, considerando seus múltiplos aspectos a partir da revisão dos seus vários conceitos, chegando até considerações mais específicas como as questões da educação no campo e do sistema de cotas nas universidades brasileiras. Discute, ainda, as conexões entre cidadania e educação na contemporaneidade, edificadas sob a égide de diferentes realidades empíricas, oferecendo também contribuições relativas ao debate sobre as ações educativas. A diversidade do trabalho em pauta permitiu aos autores abordarem significativos aspectos das questões ligadas à cidadania, do ponto de vista das possibilidades de sua apropriação pelo campo da educação.

Palavras-chave: Cidadania. Educação. Questões contemporâneas.

O fato de vivermos em uma época plena de profundas e céleres transformações sociais, econômicas e políticas, conseqüentes de um intrincado mundo global e da amplitude dos meios de comunicação, entre outros fatores, faz com que, ao indagarmos a respeito do tema **cidadania**, certamente encontremos diversidades de definições que possam expressar de forma plena esse conceito.

A categoria **cidadão** tem sido normalmente encarada como um quesito territorial, centrado na fixação dos indivíduos a um espaço físico com fronteiras delimitadas pelo Estado. No entanto, as configurações globais na atualidade e a utilização cada vez mais constante de tecnologias de informação e comunicação que ultrapassam as fronteiras geográficas, bem como os efeitos ocasionados pela agressão violenta ao meio ambiente em um determinado país – o que produz efeitos em vários outros locais do planeta (para citarmos apenas alguns pontos) - fazem emergir problemas comuns, que serão compartilhados por todos no planeta, rompendo essa noção de **cidadania** enquanto categoria de território, da mesma forma que exigem a ampliação de muitos conceitos, entre eles o de espaço público e cidadania. Ao mesmo tempo, imprimem na educação a necessidade de encontrar seus novos papéis nas relações que se estabelecem entre *cidadão/sociedade/Estado*; sua função no que diz respeito à reeducação e readaptação dos sujeitos frente às transformações *sociais/individuais* que se realizam paralelamente às *sociais/globais* e, ainda, a urgência da compreensão da cidadania enquanto um processo dialético em constante percurso na sociedade.

A obra organizada por Paulo Neves vem diretamente ao encontro dessas questões, buscando perceber como as inúmeras e gigantescas transmutações sociais estão alterando a cidadania em nossos dias e, ainda, propondo-se a ponderar sobre os múltiplos aspectos do assunto, desde a discussão sobre os vários conceitos de cidadania até reflexões mais específicas, tais como a cidadania da mulher, dos estrangeiros e dos jovens provenientes de segmentos marginalizados da sociedade, a educação no campo e a dos profissionais ligados à segurança pública e a política de cotas no Brasil. Aponta a direção das novas conexões existentes entre cidadania e educação na contemporaneidade (diferentes, então, dos elos existentes no passado), sob diversos ângulos, construídas em realidades empíricas diferentes, emoldurando tanto a amplitude do assunto, como contribuindo para o alargamento do debate sobre o fazer educativo. Enfatiza, ainda, a consideração sobre essa complexidade da temática em termos de Brasil, onde os efeitos da globalização alcançaram “mudanças notáveis na ordem social” (p.9).

O autor possui doutorado em Sociologia e Ciências Sociais pela *Université Lumière Lyon 2* e realizou estágios de pós-doutoramento na *École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris* em 2003, 2004 e 2006. Atualmente, é professor associado da Universidade Federal de Sergipe, atuando, principalmente, com temas sobre os direitos humanos, cidadania, segurança pública, relações raciais e movimentos sociais.

Abrindo a coletânea, Bernard Charlot¹ questiona o conceito de **educação para a cidadania**, argumentando sobre precisarmos, atualmente, muito mais de uma educação que englobe os direitos humanos, do que de um cidadão educado para a defesa do Estado. Defende a hipótese de que o lema **educação para a cidadania** é muito utilizado hoje, sobretudo em escolas pobres, pouco se falando sobre esse assunto nas escolas particulares voltadas para a classe média brasileira, o que suscita a suspeita de que isso possa acontecer com a função social de apaziguar a revolta dos mais carentes, incitados na direção de abdicar de suas reivindicações e acomodarem-se enquanto indivíduos obedientes da lei e da propriedade dos demais. Discutindo a educação, a cidadania e os vínculos sociais através do processo histórico, Charlot resgata o sentido histórico do conceito de cidadania, ilustrando-o desde o seu surgimento à época do Estado Educador (onde é clara a distinção entre a cidadania política e as problemáticas sociais, como as “desigualdades naturais”), passando por seu desaparecimento durante o Estado Desenvolvimentista (aqui o ponto central é a lógica do crescimento econômico/ascensão social, e se espera que a escola forme indivíduos visando um bom emprego no futuro) e terminando com o seu retorno sob a vigência do Estado Regulador (imperado pelo neoliberalismo - a lei do mercado, a globalização e se reduz a esfera de atuação do Estado que, visando primordialmente o desenvolvimento, restringe sua ação à regulação dos instrumentos da vida econômica/social).

O segundo artigo, por Leticia C. Chelius², enfoca o problema voltado para a dissociação da cidadania de sua relação histórica com o Estado. Analisando sob a ótica do fenômeno migratório, Chelius postula uma concepção de cidadania onde a primazia se desloca do local de nascimento (Estado/Nação) para o local de moradia dos sujeitos, haja vista a movimentação humana sem igual que se tem observado em nível global a partir, basicamente, dos anos oitenta do século XX. A expansão dos direitos humanos e a crescente migração formam os dois processos que legitimam o debate que indaga o propósito de manter a cidadania das pessoas atrelada apenas à pertença geográfica. A

¹ Filósofo, doutor em Educação pela Universidade de Paris X e professor visitante do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe.

² Pesquisadora da área de Ciências Sociais do Instituto Mora – México.

autora mostra, também, como esse recente cenário político possibilitou a criação de “formas jurídicas renovadas” (p. 38), tais como as novas leis de estrangeiros, a extensão das leis de nacionalidade múltipla e as formas de participação política transnacional (aumento de direitos civis e políticos além das fronteiras e direitos eleitorais com relação ao país de origem).

Em seguida, Manoel Mendonça Filho³ lida com a ideia de que a educação é uma função socializadora sob o abrigo do Estado, modificando-se à medida que se transforma o modelo histórico desse Estado para o qual deverá planejar as relações. Dessa maneira, como o modelo de Estado presente parte da premissa do capitalismo financeiro que abandonou qualquer obrigação com a vida humana e, ainda, da fabricação de indivíduos produtivos e competitivos, passamos a manter um cenário de ‘violência institucional’ que destrói a tradição humanista no âmbito da Educação. Pensando a violência, as relações sociais efetivadas pelo trabalho, a lógica capitalista, o Estado mínimo moderno e as lógicas da inclusão/exclusão, Mendonça Filho reflete sobre pontos importantes: quais as modificações sofridas pela educação em um mundo onde impera as corporações? Como se produzem e circulam os novos valores que orientam a socialização regulamentada? Como ficam os dispositivos escolares em termos de função social?

Maria Helena Santana Cruz⁴, prosseguindo, analisa a conexão de cidadania, trabalho e gênero. Mostra como a cidadania foi compreendida originalmente como um atributo masculino - o que acabou por se reproduzir no mundo das relações do trabalho - e que é nesse domínio que está em jogo a questão da cidadania da mulher. Enfoca, ao mesmo tempo, os desafios impostos à sociedade através das lutas feministas, expondo como o moderno conceito de cidadania foi elaborado nos últimos séculos também através da expulsão do elemento feminino; dentro de uma perspectiva histórica, alude à crença de que a motivação desse comportamento excludente (nascido originalmente devido aos interesses familiares e à suposta diferença em relação aos homens) é reforçada pela educação nos diferentes níveis.

Já o organizador do livro, Paulo Neves, por sua vez, discorre sobre as políticas de cotas no Brasil, buscando analisar sobre como as lutas sociais contra a discriminação de minorias trouxeram à baila, e posicionaram de forma contundente, o tema do direito às diferenças e ao reconhecimento, expandindo os conceitos de justiça e igualdade e consolidando o processo democrático. Utiliza-se da discussão sobre a educação multicultural como cenário para tratar esses tópicos sobre as demandas identitárias e diferencialistas, surgidas no Brasil nos anos 1980, quando da redemocratização do país, uma vez que a consideração dessas minorias estigmatizadas coloca-se como uma parcela essencial para as políticas educacionais.

Psicólogo e professor do Núcleo de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Sergipe, Marcelo Ferreri aborda, no texto seguinte, as questões relativas à educação e direitos infantis, trazendo à baila o novo sujeito de direito nascido na contemporaneidade – a criança. Exemplifica que a infância, ao contrário do demonstrado por alguns historiadores, não é um conceito universal e atemporal, possuindo cada sociedade suas formas particulares de lidar com ela e, também, como os tratados internacionais, ao proporem as definições e direitos a ela atrelados, contribuem para construir os parâmetros internacionais utilizados para o entendimento da matéria. O autor enfoca, ainda, um outro lado desse processo de internacionalização dos direitos

³ Psicólogo, professor do Núcleo de Pós-Graduação e Formação em Psicologia da Universidade Federal de Sergipe.

⁴ Assistente Social, professora dos programas de Educação e Sociologia da Universidade Federal de Sergipe e coordenadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher e Relações de Gênero.

infantis – a ampliação do debate referente à estreita relação entre direitos da infância e educação que, por sua vez, aparece como elemento fundamental dos modos de relação da sociedade adulta com o universo infantil. Também sob a égide de uma perspectiva histórica, a exemplo de alguns outros autores presentes na coletânea, Ferreri demonstra como a relação *direitos infantis/educação* vai adquirindo contornos diferenciados à medida que se defronta com novos desafios.

Sequencialmente, a experiência da educação infantil em Sergipe é abordada por Maria Cristina Martins⁵ e Silvana Bretas⁶, sob o prisma inovador das vozes infantis, usuárias das escolas e creches – normalmente, os estudos educacionais sobre o tema não levam em consideração a opinião das próprias crianças. Na atual realidade brasileira, embora definida como sujeito de direitos em seu estatuto, a criança é encarada como não capaz de opinar sobre sua vida escolar: nas práticas sociais e pedagógicas essa prática é vista com desconfiança e, da mesma forma, a própria organização (tanto espacial como estética) dos equipamentos de educação e lazer destinados ao público infantil é montada segundo a visão de adultos - apesar da fala dos pequenos ser considerada como algo ingênuo e sincero, nunca é entendida como avaliação qualificada. As autoras apresentam suas postulações baseadas na experiência obtida em um projeto de extensão universitária denominado *Avaliação de crianças sobre as ações e serviços voltados para a garantia de direitos e ampliação de cidadania: o que dizem as crianças sobre sua escola?*, desenvolvido juntamente com a Secretaria Municipal de Educação da cidade de Aracaju.

Abdelhafid Hammouche, sociólogo e professor da Universidade de Lille, por sua vez, trata sobre a autoridade intergeracional nas inter-relações entre adultos e crianças, dentro desse espaço sobre as relações entre educação e cidadania, objeto condutor da obra resenhada. Para tanto, identifica as diferenças na forma de perceber a autoridade entre as gerações na França e no Brasil, focalizando a forma como a autoridade é percebida por educadores e trabalhadores sociais em contato com jovens e crianças oriundas de meios sociais carentes nos dois países, partindo da hipótese de que a questão da autoridade é concebida de acordo com o contexto. Apoiando-se nos resultados da pesquisa (ainda em andamento quando da realização do volume) conduzida na cidade de Vaulx-en-Velin, situada na região metropolitana de Lyon (França) e em Fortaleza (Brasil), Hammouche afirma que a diferença entre os dois países, no que se refere à assistência social, situa-se no lugar que o Estado ocupa, ressaltando a desproporcionalidade entre a presença do Estado francês no domínio social e a relativa ausência do Estado brasileiro nesse âmbito.

Paula Poncioni⁷, no artigo nove, coloca em pauta a formação profissional do policial no Brasil e a segurança pública cidadã na sociedade brasileira, em particular no Rio de Janeiro, considerando os discursos e as práticas desenvolvidas pelo governo e pelos dirigentes das academias de polícia civil e militar. Debate sobre os dilemas que esse processo de formação profissional dos policiais ocasiona para a nossa prática democrática e o quanto essa formação é fundamental para que possamos ter um sistema policial menos violento e mais condizente com a democracia no país, da mesma forma que discorre sobre a denominada “cultura policial”, que não apenas pode ocasionar

⁵ Coordenadora do Fórum de Educação Infantil em Sergipe e professora do Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe.

⁶ Professora do Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe e pesquisadora dos Grupos de Estudo dos Núcleos de Pesquisa Educação e Sociedade e de Estudo Transdisciplinar em Educação.

⁷ Assistente Social e professora do Departamento de Política Social e Serviço Social Aplicado da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

práticas nocivas ao exercício do trabalho policial, mas, também, gerar formas criativas de práticas que “funcionem” para o bom desempenho policial, em face das múltiplas situações enfrentadas no cotidiano de seu trabalho” (p.210).

Sonia Azevedo de Jesus, professora do Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, encerrando os artigos, nos fala sobre as fronteiras entre o rural e o urbano na construção da educação popular, e a emergência da educação do campo, uma vez que um terço da população do país vive no meio rural: a implantação de políticas de desenvolvimento considerou, de forma equivocada, que a cidade seria o ponto referencial para todas as ações sociais, e, entre elas, a educação, reduzida aos mecanismos de adaptação de lógica do mercado. Um dos aspectos do processo de desqualificação do campo dá-se a partir de um entendimento apenas econômico: do ponto de vista educacional, espera-se, inclusive, que crianças e jovens estudem para sair do campo e ir para a cidade, esta última proporcionando maiores vantagens e oportunidades de crescimento humano e social. A autora defende que a Educação do Campo é coerente com um projeto popular e de reconstituição do rural e seus sujeitos para o país, bem como com um modelo contra-hegemônico de desenvolvimento territorial.

Enfim, sob a ótica do entendimento do nosso tempo e das inúmeras transformações sociais existentes na atualidade que, por seu turno, alteram a percepção social sobre a cidadania; da educação como instrumento fundamental para a formação dos cidadãos e da compreensão dos diversos fatores que influenciam esse processo relacional educação/cidadania, os autores participantes da obra procuram refletir sobre o significado da cidadania em um mundo cada vez mais globalizado, buscando respostas através de múltiplas facetas da realidade, desde a apresentação e evolução do conceito de cidadania sob um prisma histórico, até a elaboração de temáticas bem específicas, como a cidadania da mulher e as questões de gênero, a educação rural, a criança como sujeito de direito, a formação profissional dos policiais e a política de cotas no país.

Portanto, o livro apresenta-se como uma válida contribuição no âmbito da educação, voltada não só aos professores e profissionais da área educacional, mas, também, aos trabalhadores sociais de muitos segmentos da sociedade, uma vez que essa vinculação de educação e cidadania esteve presente em todo o século XX e mereceu a atenção de pensadores e cientistas das mais diversas áreas.